

MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: REFLEXOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Lucilene Aparecida Francisco¹

FRANCISCO, L. A. Modernidade e pós-modernidade: reflexos no campo da educação. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 20, n. 2, p. 357-370, jul./dez. 2020.

RESUMO: Este artigo apresenta as principais características dos períodos históricos, Renascimento, Modernidade e Pós-modernidade e seus reflexos nas teorias da educação. Justifica-se pela importância de se conhecer, perceber e refletir sobre a influência que cada período exerce na forma como o homem direciona suas crenças, comportamento e ações. Trata-se de um estudo teórico descritivo que demonstra que a pós-modernidade vem promovendo uma remodelagem, um redirecionamento dos comportamentos e ações, um novo modo de ver e interagir nas relações sociais, um contexto social flexível, que exige da educação uma reflexão criteriosa e novos posicionamentos frente ao seu importante papel na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Renascimento; Modernidade; Pós-modernidade.

MODERNITY AND POST-MODERNITY: REFLEXES IN THE EDUCATION FIELD

ABSTRACT: This article presents the main characteristics of the historical periods referred to as Renaissance, Modernity, and Post-modernity, and the reflections on education theories. This study is justified by the importance of knowing, perceiving, and reflecting on the influence that each period exerts on the way mankind directs its beliefs, behaviors, and actions. It used a descriptive theoretical approach which shows that post-modernity has been promoting a remodeling, a redirection of behaviors and actions, a new way of seeing and interacting in social relations, a

DOI: 10.25110/educere.v20i2.2020.7493

¹Bacharelado em Biblioteconomia pela UEL e Mestrado em Política Públicas na UEM. E-mail: lafrancisco08@gmail.com

flexible social context, which demands a careful reflection on education and new positions in relation to its important role in society.

KEYWORDS: Education; Renaissance; Modernity; Post-modernity.

MODERNIDAD Y POSMODERNIDAD: REFLEJOS EN EL CAMPO DE LA EDUCACIÓN

RESUMEN: Este artículo presenta las principales características de los períodos históricos, Renacimiento, Modernidad y Posmodernidad y sus reflejos en las teorías de la educación. Se justifica por la importancia de conocer, percibir y reflexionar sobre la influencia que cada período ejerce en la forma como el hombre dirige sus creencias, comportamiento y acciones. Se trata de un estudio teórico descriptivo que demuestra que la posmodernidad viene promoviendo una remodelación, una redirección de los comportamientos y acciones, un nuevo modo de ver e interactuar en las relaciones sociales, un contexto social flexible, que exige de la educación una reflexión juiciosa y nuevos posicionamientos frente a su importante papel en la sociedad

PALABRAS CLAVE: Educación; Renacimiento; Modernidad; Posmodernidad.

1 INTRODUÇÃO

A evolução cultural, científica e tecnológica da sociedade trouxe consigo inúmeras transformações na forma de se conceber, agir e se comportar na vida social. Transformações estas que precisam ser analisadas para se compreender o atual contexto social e as relações que nele se estabelecem. Cada período histórico possui características próprias que direcionam as crenças, o comportamento e as ações do homem.

Com a finalidade de apresentar as particularidades de cada época, este artigo vem apontar as principais características dos períodos conhecidos como Renascimento/Humanismo (sec. XV e XVI), Modernidade (Sec. XVIII) e Pós-modernidade (sec. XX), destacando as transformações ocorridas nas relações sociais e seus possíveis reflexos no âmbito das teorias que dão suporte à prática da educação formal. Desse modo, esse estudo de caráter bibliográfico e descritivo, reúne, sistematiza e apresenta o pensamento dos autores contemporâneos sobre o tema,

descrevendo as características de cada período histórico e seus reflexos no comportamento humano.

Este trabalho justifica-se pela relevância e importância da educação formal para o desenvolvimento social e da necessidade desta refletir suas práticas, segundo os paradigmas do contexto histórico em que está inserida, buscando oportunizar ao educando o acesso e a construção de conhecimentos condizentes com o modelo de sociabilidade estabelecido, ou seja, com o modo pensar, agir e se comportar da humanidade em cada período.

1.1 Renascimento/modernidade

Conhecer a trajetória histórica da sociedade é fundamental para compreender os problemas sociais da atualidade. Nesse sentido, a compreensão acerca das características desenvolvidas pela sociedade ao longo de sua evolução histórica é de grande relevância para qualquer estudo que venha analisar aspectos sociais ou culturais do mundo contemporâneo.

No renascimento/humanismo o passado representava simples prólogo ao presente que por sua vez era apenas o caminho para o futuro melhor, o sentido do passado e do presente estava no futuro, ou seja, o tempo estava a serviço do sagrado e o sentido do mundo se exauria na conquista da eternidade. Esta concepção de homem e mundo, ao ser duramente criticado, preparou o terreno para a formulação de novos padrões críticos e racionais que a partir do século XVIII se opuseram a toda forma de dogmatismo intelectual religioso. A confiança na racionalidade humana, livre de qualquer expectativa mística, alimentou a confiança na ideia de progresso capaz de melhorar a vida humana. O termo teológico “salvação” que implicava passividade humana e atividade divina é substituído pelo conceito laico de “emancipação” que supõe a participação ativa do ser humano e dispensa a assistência divina (GOERGEN, 2012).

A contemplação e passividade cedem lugar à atividade racional debruçada sobre o mundo físico e social na busca de novas formas de entendimento e de organização. Os princípios morais antes embasados na fé passam a ser justificados racionalmente na medida em que a ciência e tecnologia começam a obter sucesso em termos de progresso e bem-

estar. O conhecimento passa a congregar no mesmo gesto as formas de conhecer e de se relacionar com a natureza. O conhecer planifica seu sentido na transformação e no domínio. Este fato representa o giro paradigmático que secularizou as expectativas emancipatórias do ser humano, o sujeito cognoscente assume poder instituinte sobre a nova realidade em substituição à antiga visão teológica e metafísica em que o homem era passivo diante de Deus ou da verdade (GOERGEN, 2012).

Reforçando esta concepção de modernidade, Shinn (2008, p. 45) destaca que:

A modernidade anunciou o fim do sagrado que marcava a pré-modernidade a sacralidade da crença na salvação e o espírito de pertinência e coesão da comunidade. Na modernidade, esse embasamento [teológico] existencial do pensamento e da conduta individual e coletiva dá lugar ao [...] desencantamento [...e a incredulidade].

Esta consciência emergente teve sua base na Revolução Industrial. Ideias, atitudes e técnicas confluem para a realização de uma nova civilização ocidental, destinada supostamente a levar o homem a sua emancipação e liberdade. As principais características da modernidade, de acordo com Goergen (2012, p. 154) são: a) o desencantamento da visão metafísica transcendentalista teológica e a adoção de uma visão secular de liberdade, felicidade e salvação; b) substituição da fé como meio de conhecimento e salvação pela razão como forma de conhecimento científico e vida melhor; c) instauração da concepção mecânica do mundo regido por leis matemáticas, acessíveis racional e cientificamente; d) a possibilidade de domínio da natureza mediante o conhecimento das leis a ela inerentes; e) adoção da ideia de progresso com base no conhecimento científico e seu aproveitamento tecnológico; f) formulação de princípios éticos racionalmente fundamentados; g) enfoque do conhecimento depositado na subjetividade e no indivíduo.

A modernidade é compreendida como uma época em que o homem conscientiza-se de suas capacidades racionais para o desvendamento dos segredos da natureza para a solução de seus problemas, para isso, passa a substituir a cultura teocêntrica e metafísica medieval vinculada

tanto a verdade revelada quanto à autoridade da Igreja, por uma cultura antropocêntrica e secular. Neste sentido, o termo modernidade pressupõe uma ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes e também um processo interminável de rupturas e fragmentações internas inerentes (HARVEY, 2008, p. 22).

Esta nova perspectiva se concretiza lentamente na autonomia das ciências sustentada pelos pilares do experimento e da matemática reforçada pela imagem heliocêntrica do mundo, comprovada pela experiência científica que desautoriza o geocentrismo bíblico, abrindo caminho para a moderna ciência da natureza, cujo método era verdadeiramente confiável e o útil. Método este, que mais tarde se ampliou aos assuntos morais e políticos, afirmando que o homem é também um ser prático e sensitivo. Nesta perspectiva, o termo modernidade pressupõe um esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver uma ciência objetiva, a moralidade, as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas (HABERMAS, 2000).

A ideia de modernidade pressupunha o uso do acúmulo de conhecimentos gerados pelo trabalho livre e criativo em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como, do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio deste projeto que as qualidades universais, eternas e imutáveis seriam reveladas (HARVEY, 2008, p. 23)

Surge então, o racionalismo moderno declarando a soberania da razão na qual o mundo confia a capacidade de desvendar os segredos e as leis do universo, expressando seu funcionamento em fórmulas matemáticas úteis ao domínio da natureza em proveito do homem. Nesta perspectiva, o projeto moderno limita-se na confiança na razão supostamente capaz de dominar os princípios naturais e morais, estimulando a crença numa trajetória humana que pelo uso da razão conduziria a sociedade para um estágio melhor. O projeto moderno sintetiza-se pelo uso da razão como indutora e garantidora do progresso humano tanto científico/técnico

quanto moral. Nesta perspectiva, a convicção moderna que se julga capaz de levar a humanidade de um estágio a outro mais desenvolvido, é conhecida como metarrelato ou meta-narrativa (GOERGEN, 2012, p.152).

1.2 Pós-modernidade

Assim como a modernidade representa um giro radical da fundamentação transcendente medieval para fundamentação imanente do conhecimento, a pós-modernidade representa a superação da modernidade. Essa pretensão de superação deve se dar na medida em que a confiança na razão como instrumento para alcançar um mundo e uma vida melhor, é frustrada. Neste sentido, pensadores como Nietzsche (1844-1900); Heidegger (1889-1976); Horkheimer; Adorno entre outros, qualificam a razão moderna como grande ilusão e vilã dos terríveis eventos diante dos quais a razão se mostra impotente e inoperante ou mesmo cúmplice. Estes autores desvendam uma face oculta e negativa do projeto moderno, destacando o elevado preço que a humanidade tem pagado pelos avanços científicos e tecnológicos, argumentando que o prometido progresso não foi alcançado como mostra o cenário do mundo contemporâneo de guerras e de destruição ambiental, de fome e miséria, exigindo do ser humano sacrifícios que os colocam involuntariamente na condição de submissão aos mecanismos técnicos científicos e a organização econômica e jurídico-institucional da modernidade. (GOERGEN, 2012, p. 154-155).

A modernidade defende que a superioridade do homem consiste na sua capacidade de saber. Porém, a tentativa de desencantar o mundo, de dissolver os mitos e substituir a imaginação pela razão transformouse em um poder que já não conhece barreiras nem limites e não se detém nem mesmo ante a destruição da natureza, da escravização da criatura ou da manipulação do próprio ser humano. Com isso, torna-se hegemônico o modelo de racionalidade que visa o útil, ou seja, atingir determinados fins. Não se trata, portanto, do eventual aproveitamento prático de procedimentos racionais, mas da orientação exclusiva, ou pelo menos, privilegiada da razão para fins técnicos e instrumentais. Ou seja, da redução da razão ao conhecimento empírico, tecnicamente utilizável (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Tornam-se secundárias, assim, as dimensões práticas (morais)

e estéticas que operam e fundamentam as decisões não no plano da certeza científica, mas no da explicação e da consciência interior dos sistemas de valor e da sensibilidade. Deste modo, a racionalidade científica ou instrumental obedece aos ditames da eficiência econômica e administrativa, isso significa o incremento da coerência e do controle da ordem e do planejamento sistêmico. Orientado por esta lógica, o desenvolvimento social assume traços de ordem impessoal, operando a partir de interesses instrumentais. Trata-se enfim, da imposição de uma nova racionalidade, sistematicamente assumida, que orienta e avalia suas operações por critérios de objetividade científica a utilidade material (GOERGEN, 2012, p.156).

A aceitação deste modelo de racionalidade se dá devido à sua capacidade de produzir resultados concretos, disponibilizados para uso e conforto cotidiano das pessoas. A essência deste conhecimento é a técnica, capaz de dominar e intervir na natureza. Nesta perspectiva, Adorno e Horkheimer (1985, p.20) destacam que, o que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. O que importa não é conhecimento em si, mas o conhecimento com seu atributo essencial: sua utilidade. Neste sentido, os autores alertam que “[...] o pensar reifica-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo”. O pensamento se reduz a um processo matemático de resultado técnico, coisificando o sujeito e suprimindo a consciência. A própria razão torna-se uma função da aparelhagem econômica que a tudo engloba. Assim, o que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 37).

A postura pós-moderna vem questionar a razão moderna, ou seja, a razão iluminista, com seus traços de teleologia progressista, fazendo-a perder a legitimidade e gerando a incredulidade em relação às suas metanarrativas. Em outras palavras, o pós-moderno enquanto condição da cultura caracteriza-se pela incredulidade diante dos metadiscursos filosóficos e metafísicos e suas pretensões atemporais e universalizantes. Neste sentido, a pós-modernidade representa uma ruptura cultural epistemológica com o período moderno, que fracassou na tentativa

de construir sujeitos autônomos capazes de superar sua alienação (LYOTARD, 2009, p. 8).

De acordo com Goergen (2012, p. 158), o movimento pós-moderno representa um ataque frontal à metafísica ocidental pela valorização do caráter histórico, imprevisível e não teleológico dos discursos locais e particulares proferidos a partir das margens da tradição Iluminista moderna. O autor destaca dois pontos centrais da crítica pós-moderna ao período moderno: a) o fim da narrativa histórica moderna; b) a centralidade da cultura Europeia. Isto se dá devido ao fato da sociedade estar assentada não em grandes relatos, mas na pragmática das partículas da linguagem. Na sociedade estão em jogo muitas linguagens diferentes e uma imensa gama de elementos heterogêneos, incongruências e incredulidade que inviabilizam uma saída salvadora única. Esta crítica aos metarrelatos iluministas nega diretamente a ideia do progresso histórico guiado pela razão, inscrita no âmago do projeto moderno (LYOTARD, 2009, p. 9).

Os críticos da modernidade se posicionam em duas correntes de pensamento. A primeira decreta a sua falência imediata, por acreditar que as meta-narrativas já não explicam os fenômenos do presente, pois foram invalidadas pela própria história (LYOTARD, 2009). A segunda sugere a correção de seus desvios, uma vez que o fim de todos os metarrelatos representaria o fim da história, abrir-se ia o caminho para o relativismo e perder-se-ia toda possibilidade de se legitimar opções históricas. Nesta perspectiva, as meta-narrativas não deveriam ser invalidadas, mas sim, assumidas como ponto de partida da análise da sociedade atual (HABERMAS, 2000).

O que fica evidente no debate entre modernidade e pós-modernidade é que o conceito de pós-moderno não é unívoco. A sobrevivência da modernidade exige parcimônia com declarações apressadas e peremptórias a respeito do fim ou esgotamento da racionalidade moderna, de outro lado, também é irreal ignorar as importantes e profundas transformações e descaminhos que ocorrem à vista de todos. Nesse sentido, assumir a pós-modernidade significa reconhecer a necessidade de um projeto social e histórico com ponto de referência e condição de progresso e vida melhor. Significa abrir mão de uma metafísica racionalista, mas não de uma racionalidade histórica projetada

e constantemente reprojeta pelo homem como fio condutor de sua própria história (GOERGEN, 2012, p.160).

2 IMPLICAÇÕES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

No campo da educação o debate entre modernidade e pós-modernidade pode ser observado nas diferentes fases do processo educativo, na diversidade de estratégias e objetivos utilizados na sua realização: a formação intelectual pode ser realizada pela transmissão e incorporação passiva de conhecimento (modernidade) ou ao contrário na assimilação ativa crítica e criativa do saber (pós-modernidade). O mesmo acontece com a formação moral, ora imposta pela disciplinarização e adaptação do indivíduo às normas estabelecidas (modernidade), ora realizada pela formação de um sujeito moral, crítico, cidadão e solidário (pós-modernidade). No entanto, é importante assinalar que a relação entre as ideias modernas e pós-modernas estão presentes na formação intelectual e moral dos cidadãos. Neste sentido, o que se deve questionar não é apenas o modo como se faz a educação moral e intelectual do ser humano, mas o que significam os conceitos de conhecimento moral no contexto contemporâneo, marcado por profundas transformações em todas as dimensões. São destas perguntas que nascem as dificuldades e incertezas que afligem os responsáveis pela educação intelectual e moral de hoje. A postura assumida diante dessas questões se relaciona diretamente com a controvérsia modernidade e pós-modernidade (GOERGEN, 2012, p.161).

Sennet (2002, p. 27) destaca que a pós-modernidade trouxe uma demasiada flexibilização das relações e argumenta que nelas “não há longo prazo”. Para o autor, este princípio corrói a confiança, a lealdade, compromisso mútuo e o caráter, sobretudo aquelas qualidades que ligam os seres humanos uns aos outros e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável.

Ao abordar os desafios da educação no contexto da pós-modernidade, Goergen (2012) afirma que as consequências do domínio da racionalidade utilitarista provocaram profunda crise epistêmica do sentido humano, social e moral do conhecimento. O que está em crise é o próprio modelo de conhecimento e seu sentido humano, pois o conceito

de conhecimento sempre esteve ligado ao de verdade, porém, na medida em que verdade passa a se confundir com objetividade, poder, domínio e utilidade, esta tradicional relação entre conhecimento e verdade entra em colapso. O atrelamento entre conhecimento e economia representa a ressignificação profunda que interfere diretamente no sentido da educação. Trata-se não apenas de uma crise da validade da ordem moderna, mas de uma crise do próprio conceito e sentido da educação, ou seja, se no projeto moderno o conhecimento tinha o sentido de garantir condições de independência e autonomia ao ser humano, na pós-modernidade os questionamentos devem estar voltados ao momento em que a educação passa a se colocar a serviço do sistema da economia e do mercado (GOERGEN, 2012).

O autor ainda destaca que o giro pós-moderno não questiona a legitimidade de um ou de outro modelo de ordenamento social, mas sim os fundamentos de legitimação de parâmetros orientadores. O que os pós-modernos questionam é a determinação moderna de dominar intelectualmente a fundamentação social, ou seja, a pretensão de dar o fundamento racional ao curso da história como totalidade, como projeto de emancipação humana. Entretanto, ainda não se sabe se as pretensões imperialistas modernas podem ser, de fato, superadas. Faz-se necessário, examinar o argumento pós-moderno em todas as suas consequências. Principalmente, suas pretensões educativas e políticas, pois não se pode adotar um discurso inovador, mesmo que legitimado pela obsolescência das premissas epistêmicas da modernidade no contexto de uma realidade transformada, sem atentar para as implicações desse posicionamento.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de reflexão criteriosa dos significados do contexto pós-moderno que pretendem: repensar a rede epistemológica da ordem, da harmonia e do controle das unidades de aprendizagem que constituem o fundamento da ortodoxia moderna à luz dos novos conceitos de fluxo, de localidade e de multiculturalidade; Fazer e reengenharia da concepção administrativa da temporalidade da prática escolar desde o viés das temporalidades policrônicas que envolvem as práticas reais de ensino; superar a burocratização do currículo e a serialização dos conteúdos; instituir flexibilidade, relatividade e reduzir a previsibilidade; introduzir a ideia do tempo flexível relativo, um tempo que escapa a previsibilidade; introduzir as noções de dissonância, dispersão

e diferença. Não se trata, portanto, de negar as importantes questões teóricas trazidas ao debate pelos pós-modernos, mas de se permanecer atento e cauteloso às conclusões apressadas que podem influenciar significativamente no futuro da sociedade (GOERGEN, 2012, p. 163).

O grande questionamento que se coloca aos pensadores pós-modernos no campo da educação, permeia a forma como a escola deve reagir ante as transformações epistêmicas ocorridas no campo da racionalidade. Como se amparar na confiança ilimitada na razão depois de todos os questionamentos levantados a seu respeito. A desestabilização das narrativas significa ao mesmo tempo crise da legitimidade dos fundamentos da cultura pedagógica sustentadas nesses metarrelatos. A experiência da crise representa o esgarçamento da rede de verdades básicas da modernidade; a perda da crença no horizonte aberto de um crescente aperfeiçoamento mediante o conhecimento; a desestabilização da identificação do movimento histórico com o triunfo da razão e, com isso o esvanecimento da confiança na pedagogia social baseada na missão cultural de uma elite-guia, ou seja, de uma concepção de mundo como realidade objetiva acessível e controlável pelo conhecimento metódico (PRESTES, 1996).

Outro ponto do debate entre modernidade e pós-modernidade, diz respeito à moral, pois neste campo as transformações também são profundas e refletem diretamente sobre a educação. A pós-modernidade trouxe consigo o fim dos valores, das obrigações e do crepúsculo do dever. Lipovetski (1994), explicita que se deve conceber a época “pós-moralista” como um “caos organizado”. Não se trata do fim da ética, mas do surgimento de uma ética renovada, com ênfase nos direitos do homem, uma ética indolor, sem sacrifícios. Apesar da retomada da ética, o convite que se faz é o da responsabilidade sem, todavia, ameaçar os direitos em prol dos valores individualistas. Neste contexto, o espaço do dever e da ordem cede lugar ao desejo, à busca da felicidade, à voz dos sentidos, o que atribui às regulações morais da pós-modernidade um novo fundamento, baseado no comportamento responsável e solidário e não nas regras derivadas do princípio do dever absoluto sobreposto a todos os desejos individuais (LIPOVETSKI, 1994).

É neste contexto de declínio do princípio abstrato da ordem e do dever, imposta ao homem pelo amordaçamento de sua subjetividade

e de seus desejos que surge o a construção dos princípios da moralidade com base na vida concreta, nos desejos individuais de felicidade e prazer, na necessidade de solidariedade e preservação do meio-ambiente no ordenamento dos novos poderes derivados da ciência e da tecnologia. Nesta nova ancoragem da moralidade democrática, a intersubjetividade da moral conecta-se ao processo educativo. Não um processo educativo moralizante, pautado numa ordem social pré-concebida, mas um processo educativo constituinte da própria moralidade, intersubjetivamente (GOERGEN, 2005).

O direito individual encontra seus limites nos seus efeitos no coletivo. A história nos mostra que o ser humano não vive bem como a sociedade não funciona sem princípios orientadores do comportamento coletivo. Faz-se necessário então, definir novas formas de limite, de normalização dos comportamentos de modo a viabilizar a convivência humana. Nesta perspectiva, coloca-se na educação a responsabilidade de definir uma nova regulação moral, capaz de reger os comportamentos humanos no contexto de uma sociedade em permanente transformação; legitimar uma nova moral em meio à trágica decrepitude da exploração do ser humano, da miserabilização e exclusão de milhares de seres humanos do convívio digno, do respeito aos direitos da cidadania, da corrupção e da enganação pública. A grande questão que se coloca é como superar a angústia da crise de valores presente na consciência e no discurso de todos? (GOERGEN, 2007).

Neste sentido, Goergen (2012), argumenta que nos despimos de um padrão de moralidade, baseado numa autoridade externa à qual o homem se ajustava e ingressamos num padrão em que a moral precisa ser instituída com a participação dos sujeitos. Esta nova moral, dialogicamente fundamentada pressupõe um novo modelo de educação. Se no contexto do renascimento a educação se incumbia de aprimorar a conformidade do ser humano aos desígnios divinos para merecer a salvação eterna, na modernidade, de aprimorar a racionalidade para melhorar a vida neste mundo, agora, na pós-modernidade os fundamentos da moral e dos valores se fundam na busca de consensos dialogicamente alcançados, e isso, ainda se apresenta como um grande desafio para a educação, uma vez que esta se encontra envolta nos ideais das metanarrativas modernas. E o que parece estar bastante claro na teoria, ainda está longe de ser

alcançado na prática (GOERGEN, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que a evolução histórica, social, cultural e tecnológica da sociedade trouxe transformações em todas as áreas de conhecimento, houve uma remodelagem um redirecionamento dos comportamentos e ações, um novo modo de ver as relações sociais e de se interagir com elas. A educação por sua vez, não ficou imune a este processo e hoje se vê imersa em um contexto social flexível, que lhe exige, além da reflexão criteriosa, novos posicionamentos frente ao seu importante papel social.

Não há dúvidas que a educação se encontra em um cenário de crise, pois a pós-modernidade desestabiliza os principais alicerces do pensamento modernos sobre os quais ela se funda. O pensamento pós-moderno, com exceção ao seu viés modista e radical, reflete a realidade em transformação que precisa ser assumida criticamente pela teoria e refletida na perspectiva de seu significado na prática. Não se trata de defender a tradição moderna, nem de aderir facilmente aos pressupostos da desconstrução de tudo que o homem e a sociedade construíram ao longo dos séculos, mas de participar do debate entre a modernidade e a pós-modernidade e a partir daí, construir novas diretrizes que possam orientar a prática educativa.

O debate entre modernidade e pós-modernidade apresentado nesse artigo suscita importantes reflexões sobre transformações socioculturais que interferem diretamente na concepção das teorias e práticas educativas. Faz-se necessário, portanto, um olhar crítico sobre os fenômenos observados ao longo da evolução histórica da sociedade e suas implicações na área da educação, que permita identificar os valores que devem ser conservados, abandonados ou desenvolvidos para atender as demandas atuais de sociabilidade e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GOERGEN, Pedro. O embate modernidade/pós-modernidade e seu impacto sobre a teoria e a prática educacionais. **EcoS – Rev. Cient.** São Paulo. n. 28; maio/ago. 2012.

GOERGEN, Pedro. Educação moral hoje. Cenários, perspectivas e perplexidades. Campinas, **Educ. Soc.** v. 28. n. 100. Out. 2007. Ed. Especial, p. 737-762. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0628100.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

GOERGEN, Pedro. Educação e valores no mundo contemporâneo. Campinas, **Educ. Soc.** v. 28. n. 100. Out. 2005. Ed. Especial, p. 983-1011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a13.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós moderna.** 17. ed. São Paulo, 2008.

LIPOVETSKI, Gilles. **O crepúsculo do dever:** a ética indolor dos novos tempos democráticos. São Paulo: Manole, 1994.

LYOTARD, Jean. François. **A condição pós moderna.** 12. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

PRESTES, Nadja Mara. Hermann. **Educação e racionalidade:** conexões e possibilidades de uma razão comunicativa na escola. Porto Alegre, 1996.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. São Paulo. **Scientia e Studia.** v. 6, n. 1, jan./mar. 2008, p. 43-81.

Recebido em: 03/05/2019

Aprovado em: 20/07/2020